

Deutsche  
Sparkassen  
Leasing do Brasil  
S.A. - Sociedade  
de Arrendamento  
Mercantil

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração da mutação do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## Relatório da Administração

Srs.Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup> as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2019 a Instituição conseguiu mais uma vez obter bons resultados sendo capaz de aumentar a sua carteira de arrendamento de forma significativa assim como melhorar a sua diversificação, fechando o período com um montante de R\$ 279 milhões com 584 contratos ativos, ante os R\$ 217 milhões e 355 contratos de 2018.

A Instituição voltou a apurar lucro encerrando o período com um lucro anual de R\$ 6.812 e reservas de lucro de R\$ 7.442.

### Principais indicadores

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativos Totais	508.663	354.252
Carteira de Arrendamento	279.430	217.507
Resultado do Exercício	6.812	1.976
Patrimônio Líquido	59.513	52.701
Índice de Basiléia II	15,92%	18,81%

### Remuneração de acionistas

Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição poderá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

**São Paulo, 23 de março de 2020.**

A Diretoria

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil.



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Administradores da

### Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil

#### São Paulo - SP

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

#### Base para opinião com ressalva

A Leasing registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica “provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação”, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações financeiras nº 3g e 6. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. – Sociedade de Arrendamento Mercantil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas



normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,



independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3

## DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A. - SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		<b>35.846</b>	<b>33.021</b>	<b>Circulante</b>		<b>120.263</b>	<b>63.538</b>
Caixa e equivalentes de caixa		11.881	24.383	<b>Obrigações por empréstimos</b>	11	<b>72.596</b>	<b>48.556</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>4.677</b>	<b>9.380</b>	Empréstimos Internos		49.045	31.238
Depósitos bancários	4	4.677	9.380	Empréstimos Externos		23.551	17.318
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>7.204</b>	<b>15.003</b>	<b>Outras obrigações</b>	12	<b>47.667</b>	<b>14.982</b>
Certificado de depósito interbancário	5	7.204	15.003	Fiscais e previdenciárias		4.631	985
<b>Operação de arrendamento mercantil</b>	<b>6 e 7</b>	<b>(585)</b>	<b>(549)</b>	Diversas		43.036	13.997
Operação de arrendamento a receber - setor privado		115.610	83.701	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>328.887</b>	<b>238.013</b>
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(114.980)	(83.526)	<b>Obrigações por empréstimos</b>	11	<b>160.832</b>	<b>132.539</b>
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.215)	(724)	Obrigações por empréstimos internos		112.014	83.380
<b>Outros créditos</b>	<b>8</b>	<b>24.546</b>	<b>9.187</b>	Obrigações por empréstimos externos		48.818	49.159
Diversos		24.573	9.214	<b>Outras obrigações</b>	12	<b>168.055</b>	<b>105.474</b>
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa		(27)	(27)	Fiscais e previdenciárias		4.145	5.485
<b>Outros valores e bens</b>		<b>4</b>	<b>-</b>	Diversas		163.910	99.989
Despesas antecipadas		4	-	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>59.513</b>	<b>52.701</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>3.317</b>	<b>3.105</b>	Capital		52.071	52.071
<b>Operação de arrendamento mercantil</b>	<b>6 e 7</b>	<b>(828)</b>	<b>(360)</b>	Reservas de Lucro		7.442	630
Operação de arrendamento a receber - setor privado		218.115	180.183				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(218.115)	(180.183)				
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(828)	(360)				
<b>Outros créditos</b>		<b>4.145</b>	<b>3.465</b>				
Diversos	8	4.145	3.465				
<b>Permanente</b>		<b>469.500</b>	<b>318.126</b>				
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>9</b>	<b>468.899</b>	<b>317.321</b>				
Bens arrendados		489.742	322.454				
Superveniência de depreciação		32.952	24.012				
Depreciações acumuladas		(53.795)	(29.145)				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>601</b>	<b>805</b>				
Bens de uso próprio		1.611	1.735				
Depreciações acumuladas		(1.010)	(930)				
<b>Total do ativo</b>		<b><u>508.663</u></b>	<b><u>354.252</u></b>	<b>Total do passivo</b>		<b><u>508.663</u></b>	<b><u>354.252</u></b>

**Demonstração dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2019		2018
		Semestre	Exercício	
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>40.668</b>	<b>65.931</b>	<b>45.810</b>
Resultado de operações de arrendamento mercantil	16a	40.620	65.691	45.643
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	16b	48	240	167
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(34.385)</b>	<b>(53.273)</b>	<b>(35.019)</b>
Despesas de Captação		(9.795)	(15.267)	(13.184)
Operações de arrendamento mercantil	16a	(24.590)	(38.006)	(21.835)
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7	(349)	(959)	(371)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>5.934</b>	<b>11.699</b>	<b>10.420</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(1.960)</b>	<b>(4.978)</b>	<b>(8.470)</b>
Receita de prestação de serviços		2.458	3.578	391
Despesa de pessoal	16c	(2.916)	(6.299)	(5.373)
Outras despesas administrativas	16d	(2.749)	(5.072)	(4.345)
Despesas tributárias	16e	(1.257)	(2.114)	(1.386)
Outras despesas operacionais		(173)	(323)	(423)
Outras receitas operacionais	16f	2.677	5.252	2.666
<b>Resultado operacional</b>		<b>3.974</b>	<b>6.721</b>	<b>1.950</b>
<b>Receitas(despesas) não operacionais</b>		<b>26</b>	<b>91</b>	<b>26</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>4.000</b>	<b>6.812</b>	<b>1.976</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda diferido	13	2.634	2.235	(3.000)
Ativo fiscal diferido	13	(2.634)	(2.235)	3.000
<b>Lucro líquido</b>		<b>4.000</b>	<b>6.812</b>	<b>1.976</b>
<b>Nro. de ações</b>	14	<b>52.070.986</b>	<b>52.070.986</b>	<b>52.070.986</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>0,07682</b>	<b>0,13082</b>	<b>0,03795</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

# DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL S.A. - SOCIEDADE DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro 2017</b>	<b>38.599</b>	-	-	<b>(1.346)</b>	<b>37.253</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.976	1.976
Aumento de capital	13.472	-	-	-	13.472
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	31	-	(31)	-
Reserva de lucros	-	-	599	(599)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>52.071</b>	<b>31</b>	<b>599</b>	<b>-</b>	<b>52.701</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro 2018</b>	<b>52.071</b>	<b>31</b>	<b>599</b>	<b>-</b>	<b>52.701</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.812	6.812
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	341	-	(341)	-
Reserva de lucros	-	-	6.471	(6.471)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>52.071</b>	<b>372</b>	<b>7.070</b>	<b>-</b>	<b>59.513</b>
<b>Saldos em 30 junho de 2019</b>	<b>52.071</b>	<b>172</b>	<b>3.270</b>	<b>-</b>	<b>55.513</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.000	4.000
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	200	-	(200)	-
Reserva de lucros	-	-	3.800	(3.800)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>52.071</b>	<b>372</b>	<b>7.070</b>	<b>-</b>	<b>59.513</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	2019		2018
	Semestre	Exercício	
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>4.000</b>	<b>6.812</b>	<b>1.976</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:	349	959	371
Depreciação	17.465	28.742	14.580
Superveniência de depreciação	(7.382)	(8.976)	(12.034)
Imposto de renda - valores diferidos	2.634	2.235	(3.000)
Crédito tributário	(2.634)	(2.235)	3.000
<b>Lucro/(Prejuízo) ajustado</b>	<b>14.432</b>	<b>27.537</b>	<b>4.893</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>	<b>(57.644)</b>	<b>(97.439)</b>	<b>(109.362)</b>
Operações de arrendamento mercantil	(46.330)	(81.396)	(117.403)
Outros créditos	(11.333)	(16.039)	7.942
Outros valores e bens	19	(4)	99
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>	<b>11.620</b>	<b>5.156</b>	<b>(3.877)</b>
Outras obrigações	11.620	5.156	(3.877)
<b>Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(31.592)</b>	<b>(64.746)</b>	<b>(108.346)</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de bens de uso	(114)	(203)	-
Alienação de bens de uso	114	114	288
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(89)</b>	<b>288</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Empréstimos	30.337	52.333	109.540
Aumento de capital	-	-	13.472
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>30.337</b>	<b>52.333</b>	<b>123.012</b>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.255)</b>	<b>(12.502)</b>	<b>14.954</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do semestre/exercício	13.136	24.383	9.429
No fim do semestre/exercício	11.881	11.881	24.383
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.255)</b>	<b>(12.502)</b>	<b>14.954</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. - Sociedade de Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 através do Ofício 17022/2015. A integralização do capital foi realizada em 21 de outubro de 2015 (data de início das atividades).

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em dezembro de 2015.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN somente quando por ele aprovadas.

Desta forma a instituição na elaboração das demonstrações financeiras adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

CPC 00 - R1 – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - Res. CMN nº 4.144 - 27/09/2012

CPC 01 - R1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Res. CMN nº 3.566 - 29/05/2008

CPC 02 – R2 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Res. CMN nº 4.524 - 29/09/2016

CPC 03 - R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Res. CMN nº 3.604 - 29/08/2008

CPC 05 - R1 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Res. CMN nº 4.636 - 22/02/2018

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Res. CMN nº 4.007 - 25/08/2011

CPC 24 - Evento Subsequente - Res. CMN nº 3.973 - 26/05/2011

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Res. CMN nº 3.823 - 16/12/2009

CPC 27 – Ativo imobilizado - Res. CMN nº 4.535 - 24/11/2016

CPC 33 - Benefícios a Empregados - Res. CMN nº 4.424 - 25/06/2015 com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram aprovadas pela administração em 23 de março de 2020.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira, incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados.

Não são apropriadas as receitas de arrendamento que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial.

As receitas relativas as operações em moeda estrangeira são apropriadas pelo método linear.

#### b. Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “*pro rata die*” e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

#### c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08.

#### d. Redução do valor recuperável de ativos não monetários

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

#### e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e

aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**f. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado.

**g. Operações de arrendamento mercantil**

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída exclusivamente por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

- **Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.
- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo de aquisição, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com o prazo do contrato, deduzido do valor residual garantido para as operações de arrendamento financeiro ou deduzido pelo prazo de vida útil estimada dos bens, para as operações de arrendamento operacional.  
A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.
- **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2019 uma superveniência de depreciação líquida no valor de R\$ 8.976 (R\$ 12.034 em 2018). O saldo acumulado de superveniência de depreciação em 31 de dezembro de 2019 é de R\$

32.952 (R\$ 24.012 em 2018). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento.

- **Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa:**

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes.

- h. **Imobilizado de uso e intangível**

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de Janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A. espera utilizar o ativo.

- i. **Empréstimos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro-rata*” dia.

- j. **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 e a Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN, determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

- A partir do primeiro semestre de 2017, a Instituição passou a constituir crédito tributário de imposto de renda (25%) sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período.
- A Instituição não constituiu nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nenhum outro crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias.

**k. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

**4 Disponibilidades**

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos Conta Movimento	4.677	9.380

**5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	Vencimento		31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses		
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	7.204	-	7.204	15.003

Valor relativo a aplicações interfinanceiras de liquidez prontamente resgatáveis junto a bancos locais, remuneradas a um percentual da variação CDI.

**6 Operações de arrendamento mercantil**

O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais e somam:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Arrendamento Financeiro</b>	<b>279.430</b>	<b>217.508</b>
Arrendamentos a Receber	333.725	263.884
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(333.095)	(263.709)
Valores Residuais a Realizar	137.399	160.192
Valores Residuais a Balancear	(137.399)	(160.192)
Imobilizado de Arrendamento - Bens Arrendados	489.742	322.454
Imobilizado de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(53.795)	(29.145)
Superveniência de Depreciação	32.952	24.012
Credores por Antecipação de VRG	(190.099)	(99.989)
	<hr/>	<hr/>
<b>Total da Carteira de Arrendamento</b>	<b>279.430</b>	<b>217.507</b>

**a. Composição da Carteira por Setor de Atividade:**

Setor Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
Indústria	576	22.373	47.675	96.312	166.936	126.889
Comércio	17	1.147	2.702	5.541	9.407	9.802
Serviços	512	13.595	23.884	65.096	103.087	80.816
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>1.105</b>	<b>37.115</b>	<b>74.261</b>	<b>166.949</b>	<b>279.430</b>	<b>217.507</b>

**b. Concentração de Crédito**

	Valor	31/12/2019 % da Carteira	Valor	31/12/2018 % da Carteira
10 Maiores Devedores	62.405	22%	59.941	28%
20 Maiores Seguintes	55.110	20%	50.480	23%
Demais Devedores	161.915	58%	107.086	49%
	<hr/>		<hr/>	
<b>Total</b>	<b>279.430</b>	<b>100%</b>	<b>217.507</b>	<b>100%</b>

**c. Composição da Carteira por tipo de equipamento**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	164.068	191.681
Veículos e afins	115.362	25.826
	<hr/>	<hr/>
<b>Total</b>	<b>279.430</b>	<b>217.507</b>

**d. Composição da Carteira por moeda e indexador**

Descrição	Valor	31/12/2019		31/12/2018	
		Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Contratos em reais prefixados	200.977	72%	146.383	67%	
Contratos em euros prefixados	72.472	26%	66.864	31%	
Contratos em reais pós-fixados	5.981	2%	4.260	2%	
<b>Total</b>	<b>279.430</b>	<b>100%</b>	<b>217.507</b>	<b>100%</b>	

**7 Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa**

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro de 2019 estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira	31/12/2019 Valor da Provisão	Valor Presente da Carteira	31/12/2018 Valor da Provisão
AA	0,0%	133.986	-	119.682	-
A	0,5%	97.472	487	84.171	421
B	1,0%	39.808	398	10.645	106
C	3,0%	3.506	105	1.908	57
D	10,0%	4.006	401	668	67
E	30,0%	-	-	-	-
F	50,0%	-	-	-	-
G	70,0%	-	-	-	-
H	100,0%	652	652	433	433
<b>Total</b>		<b>279.430</b>	<b>2.043</b>	<b>217.507</b>	<b>1.084</b>

**Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.084</b>	<b>721</b>
Constituição Líquida de provisão	959	363
<b>Saldo Final</b>	<b>2.043</b>	<b>1.084</b>

A Instituição não teve créditos recuperados, baixas para prejuízo ou contratos renegociados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 8 Outros créditos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (a)	18.582	5.588
Créditos Tributários (Nota 13)	8.238	6.003
Impostos a Compensar	958	488
Locadora DL do Brasil (b)	126	103
Créditos com característica de concessão de crédito	27	27
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (c)	(27)	(27)
Outros	787	470
<b>Total</b>	<b>28.691</b>	<b>12.652</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>24.546</b>	<b>9.187</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>4.145</b>	<b>3.465</b>

- (a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.  
 (b) Valor a receber a título de reembolso de despesas compartilhadas.  
 (c) Não houve nova provisão constituída no exercício de 2019 (R\$ 8 em 2018)

## 9 Imobilizado de arrendamento

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Máquinas e Equipamentos	271.537	(35.494)	236.043	188.108	(22.992)	165.116
Veículos	218.205	(18.301)	199.904	134.346	(6.153)	128.193
Superveniência de Depreciação	-	-	32.952	-	-	24.012
<b>Total</b>	<b>489.742</b>	<b>(53.795)</b>	<b>468.899</b>	<b>322.454</b>	<b>(29.145)</b>	<b>317.321</b>

A depreciação é calculada em função dos prazos dos contratos de arrendamento e baseada no valor residual estimado dos bens ao final dos contratos.

## 10 Imobilizado de uso

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Instalações	735	(565)	170	735	(421)	314
Móveis e Equipos	283	(112)	171	283	(83)	200
Equipos de Informática	304	(106)	198	100	(55)	45
Veículos	-	-	-	328	(202)	126
Software	289	(227)	62	289	(169)	120
<b>Total</b>	<b>1.611</b>	<b>(1.010)</b>	<b>601</b>	<b>1.735</b>	<b>(930)</b>	<b>805</b>

## 11 Obrigações por empréstimos e financiamentos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019 Total	31/12/2018 Total
Empréstimos - No País (a)	12.261	36.784	112.014	161.059	114.618
Empréstimos - No Exterior (b)	5.888	17.663	48.818	72.369	66.477
<b>Total</b>	<b>18.149</b>	<b>54.447</b>	<b>160.832</b>	<b>233.428</b>	<b>181.095</b>

- (a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 9,99% a.a. (10,79% a.a. em 2018) e vencimento final em novembro de 2024 (dezembro de 2023 em 2018). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,47% a.a. (1,56% a.a. em 2018), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (novembro de 2023 em 2018).
- (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em março de 2024 (fevereiro de 2024 em 2018).

## 12 Outras obrigações

### a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Imposto de Renda Diferido (Nota 13)	8.238	6.003
Impostos e contribuições s/salários	211	194
COFINS a Pagar	61	51
ISS a Pagar	256	213
Outros	10	9
<b>Total</b>	<b>8.776</b>	<b>6.470</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>4.631</b>	<b>985</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>4.145</b>	<b>5.485</b>

### b) Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	10.874	5.671
Despesa com Pessoal	1.566	1.388
Adiantamento de Clientes	4.315	6.845
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6)	190.099	99.989
Serviços de terceiros	92	93
<b>Total</b>	<b>206.946</b>	<b>113.986</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>43.036</b>	<b>13.997</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>163.910</b>	<b>99.989</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o Lucro</b>	<b>6.812</b>	<b>6.812</b>	<b>1.976</b>	<b>1.976</b>
Exclusão da superveniência de depreciação	(8.940)	-	(12.001)	-
Ajuste da depreciação de bens arrendados	(28.223)	(28.223)	(16.287)	(16.287)
Outras adições temporárias	204	204	723	723
Outras adições não temporárias	100	100	101	101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	959	959	371	371
<b>Base de cálculo (prejuízo fiscal)</b>	<b>(29.088)</b>	<b>(20.148)</b>	<b>(25.117)</b>	<b>(13.116)</b>

Nos últimos dois exercícios a Instituição não gerou lucros tributários, razão pela qual não apresenta provisão e despesas de impostos recorrentes.

A instituição constitui uma obrigação fiscal diferida sobre a exclusão temporária de superveniência de depreciação, assim como passou a adotar a partir do exercício de 2017 a prerrogativa de constituir também um crédito tributário de igual montante sobre os prejuízos fiscais gerados pela exclusão, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Crédito tributário</b>	6.003	2.235	-	8.238
<b>Obrigação fiscal diferida</b>	(6.003)	(2.235)	-	(8.238)

O crédito tributário da Instituição foi constituído até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes e, portanto, dispensa estudo técnico de realização.

Conservadoramente a Instituição não constituiu crédito tributário sobre suas adições temporárias cuja base seria R\$ 40.748 (2018 – 13.668), prejuízos fiscais acumulados de R\$ 38.115 (2018 – 17.968) e base negativa acumulada de contribuição social de R\$ 38.183 (2018 – 18.036).

## 14 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O Capital Social está representado por 52.070.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue:

Acionista	Participação %	Nro.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	95	49.467.436	49.467
Deutsche Objekt Leasing GmbH	5	2.603.550	2.604
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>52.070.986</b>	<b>52.071</b>

**b. Reservas de lucros**

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76.

**c. Dividendos**

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2019 e 2018 não houve distribuição de dividendos.

**15 Partes relacionadas**

As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador.

**Transações com partes relacionadas**

O resultado e o saldo de operações com parte relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição :

Descrição	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Obrigações Por Empréstimo no Exterior</b>				
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 11)	(72.369)	(66.477)	(2.333)	(5.795)
<b>Outros Créditos</b>				
Locadora DL do Brasil (nota 8)	126	103	1.512	1.209
Deutsche Sparkassen Leasing Ag &Co Kg	-	-	694	-

**a. Remuneração dos empregados e administradores**

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R\$ 1.725 em 2019 (R\$ 1.315 em 2018).

## 16 Composição das principais contas de resultado

### a. Resultado de arrendamento mercantil

Descrição	2ºSemestre	31/12/2019	31/12/2018
<b>Resultado de operações de arrendamento mercantil</b>	<b>40.620</b>	<b>65.691</b>	<b>45.643</b>
Rendas de arrendamento - rec. interno	21.786	37.148	20.031
Rendas de arrendamento - rec. externo	11.452	19.567	13.578
Superveniência de depreciação	7.382	8.976	12.034
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>(24.590)</b>	<b>(38.006)</b>	<b>(21.835)</b>
Depreciação de Bens Arrendados	(17.319)	(28.450)	(14.168)
Varição Cambial	(7.218)	(9.453)	(7.582)
Outras despesas de arrendamento	(53)	(103)	(85)
<b>Resultado Líquido da Operação de Arrendamento Mercantil</b>	<b>16.030</b>	<b>27.685</b>	<b>23.808</b>

### b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2ºSemestre	31/12/2019	31/12/2018
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	48	240	167
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>240</b>	<b>167</b>

### c. Despesas com pessoal

Descrição	2ºSemestre	31/12/2019	30/12/2018
Salários	1.271	2.483	2.396
Bônus	467	1.499	775
Encargos trabalhistas	524	1.043	989
Férias e 13.o salário	299	561	518
Assistência Médica e Odontológica	232	465	457
Seleção e treinamento	12	31	18
Outras despesas de pessoal	111	217	220
<b>Total</b>	<b>2.916</b>	<b>6.299</b>	<b>5.373</b>

**d. Outras Despesas Administrativas**

<b>Descrição</b>	<b>2ºSemestre</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Aluguéis e Condomínio	490	972	906
Manutenção e conservação predial	29	59	71
Processamento de dados	413	839	744
Serviços do sistema financeiro	135	251	216
Serviços de terceiros	117	244	142
Serviços técnicos especializados	863	1.481	1.227
Despesas de transportes	36	92	126
Despesas com publicações	10	47	44
Despesas com viagens	167	298	166
Despesas com telefonia	65	129	106
Manutenção e conservação de equipamentos	271	404	134
Contribuição entidade de classe	36	75	86
Outras despesas administrativas	117	181	377
<b>Total</b>	<b>2.749</b>	<b>5.072</b>	<b>4.345</b>

**e. Despesas tributárias**

<b>Descrição</b>	<b>2ºSemestre</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
ISS	740	1.159	744
PIS	73	134	90
COFINS	444	821	552
<b>Total</b>	<b>1.257</b>	<b>2.114</b>	<b>1.386</b>

**f. Outras Receitas Operacionais**

<b>Descrição</b>	<b>2ºSemestre</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Ressarcimento de despesas (a)	1.127	2.181	1.209
Descontos obtidos	1.022	1.738	916
Reversão de provisão de Bônus	-	651	154
Receita de multas contratuais	147	295	179
Outras	381	387	208
<b>Total</b>	<b>2.677</b>	<b>5.252</b>	<b>2.666</b>

(a) No período, vários investimentos em informática destinados à integração da filial brasileira aos sistemas globais, foram reembolsados pela matriz.

**17 Outras informações**

- a.** A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

- b.** Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.
- c.** A administração da Instituição declara que não tem conhecimento de eventos subseqüentes que tenham efeitos financeiros relevantes na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.
- d.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 8%. O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de 15,92% para o índice básico e 15,88% para o índice amplo; em 2018 os índices eram de 18,81% e 18,50% respectivamente.
- e.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são definidos em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são:

  - i. Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 3.380/2006, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas.
  - ii. Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais.
  - iii. Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa.
  - iv. Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais

como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição.

- f.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

\* \* \*

Matheus Canhoto Gera  
Diretor Presidente

Ubiratan Dantas Felizatto  
Contador  
CRC 1SP143431/O-3